Manchete
JUSTIÇA & PODER
www.revistamanchete.com.br



TROFÉU MINISTRO PAULO DE TARSO
Veja quem foram os agraciados

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
Os primeiros meses da gestão na presidência do STJ e os novos desafios na Corte

Ministro Messod Azulay

Trajetória de excelência no TRF -2 e sua atuação no STJ

O **Instituto Consenso**
parabeniza os agraciados com o
Troféu Ministro Paulo de Tarso

O Judiciário e a Advocacia do Brasil são formados
por mulheres e homens que honram o país!

Instituto Consenso – Convergência em Saúde
Construindo conhecimento.
Promovendo diálogo.
Fortalecendo o futuro da saúde suplementar no Brasil.

Instituto Consenso
CONVERGÊNCIA EM SAÚDE



Foto: Antônio Augusto



Foto: Magnific



UM NOVO CAPÍTULO NA HISTÓRIA DA MANCHETE:

JUSTIÇA & PODER

Esta edição marca um novo e importante capítulo na trajetória da nossa publicação. A Manchete Justiça & Poder nasce da evolução da Manchete Judiciário, ampliando seus horizontes e fortalecendo seu compromisso com a informação, o diálogo institucional e a valorização daqueles que contribuem para o fortalecimento da Justiça brasileira.

Nossa atuação, até então concentrada no Poder Judiciário, passa a contemplar todo o sistema de Justiça, abrindo espaço para a advocacia, o Ministério Público e outras instituições e esferas de poder que, de alguma forma, se conectam com o universo jurídico e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Mais do que uma mudança de nome, trata-se de uma evolução natural de um projeto editorial que cresce, conquista novos espaços e reafirma sua vocação de aproximar instituições, compartilhar histórias e dar visibilidade aos protagonistas da vida pública nacional.

Esta edição também celebra um momento especialmente significativo: o lançamento do Prêmio Manchete Justiça & Poder – Troféu Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, uma iniciativa destinada a homenagear personalidades emblemáticas do sistema de Justiça brasileiro.

Ao dar ao troféu o nome do saudoso ministro Paulo de Tarso Sanseverino, prestamos uma justa homenagem a um magistrado que deixou um legado de conhecimento jurídico, excelência acadêmica e, sobretudo, um profundo senso de justiça. Sua trajetória permanece como inspiração para as atuais e futuras gerações de profissionais do Direito.

Em nossas páginas, trazemos também uma entrevista exclusiva com o ministro Messod Azulay Neto, do Superior Tribunal de Justiça, personagem da capa desta edição. Em uma conversa descontraída e reveladora, o ministro compartilha momentos marcantes de sua trajetória pessoal e profissional, os desafios enfrentados e o caminho percorrido até chegar a uma das mais importantes Cortes do país.

Outro destaque é a entrevista com o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Luiz Felipe Salomão, que aborda os desafios e as prioridades dos primeiros meses de sua gestão à frente do Tribunal, compartilhando sua visão sobre o presente e o futuro da Justiça brasileira.

São histórias, experiências e reflexões que traduzem o espírito desta nova fase da nossa revista. Seguimos com o mesmo entusiasmo que nos trouxe até aqui, agora com novos horizontes e a convicção de que comunicar, aproximar e valorizar nossas instituições é também uma forma de contribuir para o fortalecimento da democracia. Boa leitura!

Sergio Maciel (@serg.maciel),
Vice-presidente da Revista Manchete
Publisher da Revista Manchete Justiça & Poder

M
ESPECIAL
Revista
MANCHETE JUSTIÇA & PODER

Presidente:
Marcos Salles

Vice-presidente e Publisher:
Sergio Maciel

Consultores jurídicos:
Diego Monteiro, **Julio Matuch**, **Juliano Marques** e **Fernando Brito**

Editora-chefe multiplataforma:
Mariana Leão

Editora da revista:
Ana Prôa

Textos:
colaborou
Renata Medeiros

Produtoras:
Eduarda Teixeira (estagiária)
Nathalia Gomes

Repórteres:
Juliana Kelling, **Jessica Castro**, **Carlos Martins** e **Rafaella Gama**

Revisão:
Cida Farias

Projeto gráfico e arte:
Sidney Ferreira e **Reinaldo Pires**

Cinegrafia:
Eduardo Valadão, **João Paulo Figueredo** e **JK Produções**

Edição de vídeo:
Eduardo Valadão, **Danilton Portela**, **Land Moribe** e **Mario Garritano**

Agência digital:
Z9 Marketing 360°

Impressão:
Zit Gráfica



Foto de capa:
João Paulo Figueredo
@manchetejusticaepoder



Foto: Emerson Leão/STJ - Divulgação

> "QUANDO DEIXAR O JUDICIÁRIO, GOSTARIA DE SER LEMBRADO PELA MENSAGEM DE QUE HUMANIDADE NÃO PODE SER CONFUNDIDA COM IMPUNIDADE."

Messod Azulay Neto
ENTRE **A LEI** E **A HUMANIDADE**

NASCIDO E CRIADO NA TIJUCA, O MINISTRO DO STJ MESSOD AZULAY NETO PERCORREU UM LONGO CAMINHO QUE O LEVOU À MAGISTRATURA PELO QUINTO CONSTITUCIONAL. NA ENTREVISTA, ELE RELEMBRA A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA, CONTA COMO CHEGOU AO CARGO E COMPARTILHA REFLEXÕES SOBRE A ESCOLHA DE MAGISTRADOS. EM SUA VISÃO, HUMANIDADE E JUSTIÇA DEVEM CAMINHAR JUNTAS, SEM SE CONFUNDIR COM IMPUNIDADE.

Messod Azulay Neto tomou posse como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em dezembro de 2022. Antes disso, lecionou Direito Penal e Processo Penal e, na carreira jurídica, atuou como advogado concursado da extinta Telerj. Em 2005, se tornou desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, Corte que presidiu de abril de 2021 até a sua chegada ao STJ. Além de revisitar sua trajetória, o magistrado fala nesta entrevista sobre o legado que gostaria de deixar com o seu trabalho, que vai muito além de decisões e jurisprudências.

Para começar, o senhor poderia compartilhar um pouco sobre a sua infância na Tijuca, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro?

Eu sou tijucano, nasci na Rua Conde de Bonfim, no Hospital Evangélico. Vivi na Tijuca por 50 anos. Depois que meus filhos se casaram, foram morar em Copacabana. Minha mulher insistiu que não daria para ficar longe dos filhos e dos netos. Então, acabamos nos mudando para lá também.

Como foi o seu caminho até a universidade federal?

Eu estudei em colégio público, no Soares Pereira, na Rua Chaves de Brito, perto da pracinha conhecida como Praça dos Cavalinhos. Depois, fui para o Colégio da Comunidade pelo sistema de bolsa. Embora meu pai fosse advogado, psicólogo e tivesse estudado também filosofia, ele não tinha condições de pagar aquela instituição. Cheguei então à Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) inspirado pelo meu pai.

Como aconteceu essa referência do seu pai em sua trajetória?

Meu pai exerceu a advocacia com alguma dificuldade, mas seu sonho era ser juiz. Sempre quis seguir a magistratura. Vindo do Marrocos, ele chegou ao Brasil em 1925 e fará 101 anos em dezembro, com a ajuda de Deus. Pelo que contava, na época era necessário ser brasileiro nato para prestar concurso. Ele havia se naturalizado, mas não atendia a essa exigência. Quando a legislação permitiu que prestasse concurso, já estava mais velho e não tinha mais interesse, nem disposição, para estudar.



Foto: João Paulo Figueredo

Messod Azulay Neto, ministro do STJ, ao lado de Sergio Maciel

O senhor chegou à magistratura pelo quinto constitucional. Como avalia esse processo?

São duas formas de chegar à magistratura concebidas pela Constituição: por concurso público ou pelo pleito eleitoral. No meu caso, fui eleito pela OAB do Rio de Janeiro. Passei por sabatinas no Conselho Seccional e no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Depois, passei pelo plenário do TRF da 2ª Região, entrei em uma lista tríplice e fui escolhido pelo então presidente da República. Foram quatro etapas, e nenhuma delas foi fácil. O quinto constitucional é um método extremamente democrático, criterioso e previsto na Constituição. É uma forma de acesso muito importante porque o magistrado que chega pela OAB ou pelo Ministério Público já esteve dos dois lados e fala as duas línguas. Uma pessoa que chega à magistratura aos 25 ou 26 anos de idade está muito bem-preparada, mas que experiência de vida tem para julgar um caso de família em que há filhos pequenos e é preciso decidir com quem as crianças vão ficar? Que experiência tem um magistrado de 20 e poucos anos para decidir questões gravíssimas entre contratos? Eu fui diretor jurídico de uma grande empresa, em que existiam contratos com mais de 10 mil páginas. É lógico que o jovem magistrado tem capacidade de analisar. Mas há casos em que não basta o conhecimento. É preciso experiência de vida para decidir algo que não se resolve apenas com a aplicação fria do Direito.

> “É PRECISO EXPERIÊNCIA DE VIDA PARA DECIDIR ALGO QUE NÃO SE RESOLVE APENAS COM A APLICAÇÃO FRIA DO DIREITO.”

Na sua opinião, o que deveria ser levado em consideração na escolha de quem vai exercer a magistratura?

Para prestar concurso para a magistratura, deveria ser exigido o exercício comprovado de, pelo menos, dez anos de advocacia. O problema é que, depois desse período, se o advogado é realmente bom, talvez já não se interesse pela magistratura. A questão financeira pesa: um bom escritório pode pagar mais do que um cargo obtido por concurso público. Em Israel, por exemplo, há uma comissão de nove membros que examina a vida dos candidatos durante meses. E ela não se limita a certidões negativas: procura ouvir vizinhos e sócios e busca informações sobre o comportamento deles na faculdade. Os candidatos também passam alguns meses em um hotel, onde são observados. Fazem provas escritas e orais e provas de sentença, e são avaliados pela maneira como se alimentam, se vestem e conversam. O objetivo é analisar não apenas o conhecimento, mas quem é aquela pessoa. Um processo seletivo baseado apenas no conhecimento não me parece suficiente para avaliar se alguém está à altura de ser magistrado. Mas, até agora, não vejo movimento concreto para mudar isso. Nosso sistema é muito prestigiado, mas precisa ser mais aprofundado em relação à personalidade do candidato.

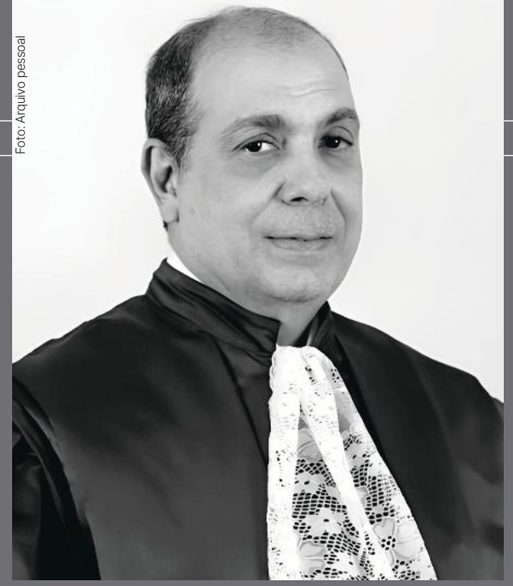

Foto: Arquivo pessoal



Foto: João Paulo Figueredo

Acima, o magistrado retratado por ocasião de sua posse na Corte, em 2022. Abaixo, em seu gabinete atual, no Superior Tribunal de Justiça. Ao lado, recebendo nossa revista de Sergio Maciel



Foto: João Paulo Figueredo

ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA

Que legado o senhor gostaria de deixar para a população?

Não gostaria de ser lembrado, quando deixar o Judiciário, apenas pelas minhas decisões, que vão virar um arquivo de jurisprudência. O grande legado seria a mensagem de que humanidade não pode ser confundida com impunidade. Certa vez, um advogado, sabendo da minha origem judaica, disse que, segundo o Talmude (texto central do judaísmo), quem salva uma vida salva o mundo inteiro. Ou seja, apelou à minha humanidade ao alegar que colocar o réu de 19 anos na prisão seria destruir uma vida. Observei que aquele rapaz havia praticado 11 sequestros-relâmpago. Manteve uma mulher sob terror durante quatro horas. Sua prática era assaltar motoristas de Uber. Fez isso diversas vezes. Eu então respondi que, às vezes, salvar uma pessoa, usando a humanidade, pode significar praticar uma injustiça contra várias outras. E o que o Talmude diz é: peso justo, medida justa. Não há dois pesos e duas medidas, é um peso e uma medida. É preciso ter humanidade, mas ela deve caminhar sempre ao lado da Justiça. Impunidade não é sinônimo de humanidade. Esse é o legado que gostaria de deixar. ✱

Reportagem de **Sergio Maciel**

Leve
saúde

O plano de saúde da sua vida.

Além de rede credenciada com mais de 40 hospitais, tem rede própria só com médicos selecionados e um app para você resolver tudo com praticidade.

Conheça o jeito Leve de cuidar da saúde!

Aponte a câmera do celular para este QR Code.



ANS - nº 42233-9

Desafios À FRENTE DO **STJ**

DESDE QUE ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, O MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO VEM CONDUZINDO MUDANÇAS NA CORTE. NESSA ENTREVISTA EXCLUSIVA, ELE FAZ UM BALANÇO DOS PRIMEIROS MESES DE GESTÃO.



Foto: João Paulo Figueiredo

Para esta entrevista, Sergio Maciel foi recebido no gabinete do ministro Luis Felipe Salomão, em Brasília



Foto: Daniliton Portela

Em 19 de agosto, o ministro Luis Felipe Salomão iniciou seu mandato à frente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o biênio 2026–2028. E ele sabe que comandar um dos mais importantes tribunais do país exige muito mais do que administrar a Justiça. "É realmente um desafio estar à frente do STJ, que é um tribunal com uma relevância muito grande dentro do cenário jurídico nacional e também internacional", afirma.

No momento, o magistrado tem concentrado esforços em uma transformação que considera essencial para o futuro da Corte: "Nós temos que implantar o sistema da relevância da questão federal, que é, ao mesmo tempo, um filtro do recurso e uma técnica de julgamento diferente, que vai fazer com que o Tribunal deixe aquela linha de ser apenas uma instância revisora, que demora mais para o julgamento do processo, para ser um farol, um tanque de precedentes de teses. Esse é o salto que estamos dando agora. E há uma expectativa positiva muito grande, que envolve os ministros e os servidores".

Outra prioridade da gestão é garantir condições para essa transformação. O ministro destaca a implantação de um fundo de reaparelhamento do STJ, destinado a ampliar a capacidade de investimento da instituição. "Isso permite uma folga orçamentária e a implantação de ferramentas, instrumentos e tecnologia, justamente para apoiar essa nova fase que estamos vivendo. É um momento de euforia dentro do Tribunal", revela.

Diálogo e aproximação

A construção desse novo cenário passa também pelo relacionamento com a advocacia e os demais órgãos do Judiciário. Salomão tem intensificado visitas aos estados e encontros com representantes dos tribunais, buscando ampliar a participação de diferentes setores nas discussões sobre o futuro da Justiça. "Temos um diálogo permanente com o presidente do Conselho Federal e das seccionais. Começamos a fazer a visita aos estados, aos tribunais, onde é muito importante essa troca de experiência e de expectativa", ressalta. Segundo ele, o novo sistema deverá valorizar ainda mais as decisões das instâncias locais, uma vez que o STJ passará a examinar recursos que atendam ao critério de relevância.

> **"O sistema da relevância da questão federal vai fazer com que o Tribunal deixe de ser apenas uma instância revisora."**
>
> **Ministro Luis Felipe Salomão**, presidente do STJ

Mas a preocupação do ministro não se limita às questões processuais. Em sua visão, a importância do STJ está diretamente relacionada à vida das pessoas. "Não é por acaso que dizemos que é o Tribunal da Cidadania", observa. Salomão lembra que as decisões da Corte alcançam desde questões familiares, como casamento, pensão e sucessão, até assuntos empresariais, tributários e criminais. "Ele realmente é um tribunal que dá a última palavra na interpretação da lei federal, que é a do dia a dia do cidadão", completa.

Essa dimensão humana também aparece em iniciativas para aproximar a instituição da sociedade. Uma delas foi a visita de crianças ao STJ, inspirada em uma proposta da ministra Cármen Lúcia. "Quando você traz para dentro do Tribunal os filhos dos servidores e servidoras, dos juízes e das juízas, dos ministros e das ministras, quando você permite que conheçam o ambiente onde trabalham seus pais e tenham um dia de alegria aqui dentro, isso humaniza o Tribunal e ao mesmo tempo investe no futuro", acredita. A intenção é transformar a experiência em uma atividade permanente, assim como ampliar uma programação de arte e exposições na instituição. Salomão apoia: "É uma forma de interagir a dureza dos julgamentos com a beleza da arte".

Reportagem de **Sergio Maciel**

ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA



Foto: Divulgação



Ouvidores **UNIDOS** PELA ESCUTA E **PROTEÇÃO**

FORTALECER O DIÁLOGO E APROXIMAR O CIDADÃO DA JUSTIÇA. ESSES FORAM ALGUNS DOS OBJETIVOS DO ENCONTRO DO COLÉGIO DE OUVIDORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO, QUE ACONTECEU EM SÃO PAULO.

Entre os dias 23 e 25 de setembro, a cidade de São Paulo sediou o 48º Encontro do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, o Coleouv. O evento teve como anfitrião o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e reuniu representantes da ouvidoria dos 24 tribunais regionais espalhados pelo país. Eles debateram o tema "Escuta e Laços de Proteção", com foco em escuta qualificada, inovação tecnológica, gestão documental estratégica e combate à violência de gênero e ao assédio no trabalho.

De acordo com Jorge Ramos, presidente do Coleouv, as ouvidorias se constituem como a porta de entrada dos vulneráveis ao Poder Judiciário. É por meio delas que o cidadão, tendo advogado ou não, faz valer os seus direitos. Ele lembra que até mesmo uma mera mensagem de WhatsApp pode servir como registro da uma reclamação ou denúncia. Mas reconhece que ainda é preciso melhorar esse trabalho.

ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA

"Toda vez que houver uma reclamação, é através da ouvidoria que se consolida a busca de uma solução para aquele problema."

Jorge Ramos, presidente do Coleouv

"Toda vez que houver uma reclamação de um servidor, é através da ouvidoria que se consolida uma busca de uma solução para aquele problema, até mesmo em caso de assédio moral. Então, precisamos ter uma estrutura mais adequada para esse atendimento, que cresce vertiginosamente, para que possamos dar soluções satisfatórias", completa.

O encontro discutiu inovação, boas práticas e as novas formas de aprimorar os canais de atendimento e participação social no Judiciário trabalhista. O presidente do TRT-2, Valdir Florindo, reconheceu a importância do evento: "Este é um encontro de pessoas que se preocupam com a escuta dos servidores. Estou feliz em receber todos aqui, porque estamos lidando com o ser humano e pensando no futuro dessas pessoas, do ambiente de trabalho e das condições adequadas e seguras para que elas possam desenvolver suas atividades com diminuição do impacto das doenças e dos problemas sociais que enfrentam". ✱

Reportagem de **Jéssica Castro**



Jorge Ramos e o presidente do TRT-2, Valdir Florindo



Posse COM EMOÇÃO

EM UM VERDADEIRO MOMENTO HISTÓRICO, A DESEMBARGADORA SUELI TOMÉ DA PONTE ASSUMIU O COMANDO DO MAIOR TRIBUNAL TRABALHISTA DO PAÍS.

Com os assentos do Teatro Raul Cortez, em São Paulo, completamente tomados, em 1º de outubro, a desembargadora Sueli Tomé da Ponte assumiu a presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2). Ela agora está à frente do maior tribunal trabalhista do país, no biênio 2026-2028. "O desafio é grande, mas eu acredito que, com diálogo, acolhimento e valorizando as pessoas, tendo um bom entendimento com todos os segmentos da sociedade, a gente vai ter, se Deus quiser, um bom mandato", disse Sueli, em entrevista para a Revista Manchete Justiça & Poder.

Fotos: Divulgação



Ela se tornou a sétima mulher e a primeira magistrada de ascendência nipônica a ocupar o cargo na história da instituição. Além de sua posse, na cerimônia também foram empossados os desembargadores que passaram a integrar o Corpo Diretivo do TRT-2: Ricardo Verta Luduvice, como vice-presidente administrativo; Davi Furtado Meirelles, como vice-presidente judicial; e Francisco Ferreira Jorge Neto, como corregedor regional. Ao encerrar seu discurso, Sueli foi aplaudida de pé: "Que façamos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região não apenas o maior do país, mas um dos maiores exemplos de justiça eficiente com humanidade e cidadania". ✱



Sergio Maciel e a presidente Sueli

Entrevista a **Sergio Maciel**



À esquerda, Valdir Florindo passou a presidência para Sueli. À direita, Davi Furtado Meirelles também foi empossado como vice-presidente judicial. Abaixo, Sueli sendo aplaudida de pé



"Que façamos do TRT-2 um dos maiores exemplos de justiça eficiente com humanidade e cidadania."

Sueli Tomé da Ponte, presidente do TRT-2

ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA

Foto: Divulgação



ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA

40 ANOS DE **HISTÓRIA** E TRANSFORMAÇÃO

UMA TRAJETÓRIA QUE ATRAVESSA GERAÇÕES, ACOMPANHA AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E APROXIMA A JUSTIÇA DA POPULAÇÃO. AO COMPLETAR QUATRO DÉCADAS, O TRT DA 15ª REGIÃO CELEBRA CONQUISTAS, REAFIRMA SEU COMPROMISSO SOCIAL E SE PREPARA PARA OS DESAFIOS DO FUTURO.

Em 1986, enquanto o Brasil vivia os primeiros anos da redemocratização, o interior paulista ganhava uma instituição que mudaria sua relação com a Justiça do Trabalho. Criado em 14 de julho e instalado em dezembro daquele ano, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), com sede em Campinas, chega às quatro décadas alcançando 599 municípios e cerca de 22 milhões de pessoas.

Até então, os processos trabalhistas da região estavam ligados ao TRT da 2ª Região, na capital. A criação de um tribunal próprio acompanhou o crescimento das cidades, das indústrias e dos negócios no interior, aproximando trabalhadores e empregadores de quem poderia ajudar a resolver seus conflitos.

O que começou como resposta a uma necessidade regional ganhou dimensão nacional. Hoje, o TRT-15 ocupa lugar de destaque entre os tribunais trabalhistas brasileiros. Para a desembargadora presidente, Ana Paula Lockmann, esse tamanho exige compromisso permanente: "Somos o segundo maior tribunal do trabalho do Brasil em dimensão, em tamanho e em número de desembargadores. E isso traz uma responsabilidade enorme para nós que somos integrantes do tribunal". Ao olhar para o futuro, a presidente destaca a importância de unir eficiência e compromisso com a população. "Nós queremos ser sempre um tribunal que seja um espelho, um modelo, um paradigma para os demais tribunais, para o Judiciário como um todo", afirma.

A disposição para mudar atravessa a história da instituição. Em 2005, quando acompanhar julgamentos pela internet ainda era novidade, o TRT-15 já transmitia suas sessões ao vivo. Também foi o primeiro tribunal trabalhista de grande porte do país a digitalizar todas as suas varas, deixando para trás as pilhas de processos em papel. E a próxima transformação já está em curso. A inteligência artificial começa a fazer parte da rotina do Judiciário e exige adaptação de profissionais e serviços. O desembargador vice-presidente do TRT-15, Helcio Lobo, vê nesse movimento uma oportunidade de evolução: "A inteligência artificial veio e não tem como retroceder. Temos que nos adequar, nos aperfeiçoar, e isso tem sido feito".

Foto: Eduardo Valadão



Por mais que a tecnologia avance, o centro dessa história continua sendo gente. São trabalhadores em busca de direitos, empresas à procura de soluções e famílias cujas vidas podem ser afetadas por uma decisão. Para a desembargadora Antonia Pestana, o aniversário é também um momento para renovar as boas expectativas: "Eu tenho muita esperança de que a nossa justiça chegue a todos e de uma forma bem ampla, e que os direitos sociais, as empresas e os empregados cheguem a um consenso, em que todos observem que a melhor forma de trabalhar é com respeito aos direitos trabalhistas e aos direitos sociais, e com respeito de uma forma geral a todos".

> **"Queremos ser sempre um tribunal que seja um modelo para os demais tribunais, para o Judiciário como um todo."**
>
> **Ana Paula Lockmann**, presidente do TRT-15

Entre lembranças e novos desafios, o TRT-15 também convida o público a conhecer a sua trajetória. No primeiro andar da sede do Tribunal, em Campinas, a exposição "TRT – 40 Anos de História" reúne registros das quatro décadas de atuação. A mostra permanece aberta até 31 de dezembro.*

Foto: Eduardo Valadão



Sergio Maciel conversa com a desembargadora Antonia Pestana

Reportagem de **Carlos Martins**



Sergio Maciel entre os desembargadores Helcio Lobo e Ana Paula Lockmann

Fotos: Divulgação



UM SÍMBOLO DE RECONHECIMENTO

EM MEIO ÀS COMEMORAÇÕES PELOS 40 ANOS DO TRT-15, A PRESIDENTE ANA PAULA LOCKMANN ENTREGOU AO NOSSO PUBLISHER UMA MOEDA COMEMORATIVA EXCLUSIVA.

No ano da celebração das quatro décadas do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), a presidente Ana Paula Lockmann preparou uma singela homenagem para entregar a pessoas especiais: a moeda comemorativa de 40 anos. "É algo muito simbólico, que fizemos em um número específico de exemplares, que foram entregues para os desembargadores, os juízes da Corte e alguns servidores. Mas também oferecemos para aqueles que nos prestigiam e que caminham conosco", explicou Ana Paula.

Em seguida, tendo a seu lado o vice-presidente administrativo Helcio Lobo, ela revelou ao publisher da Revista Manchete Justiça & Poder, Sergio Maciel: "Então, doutor Sergio, eu gostaria de entregar a você esta moeda de 40 anos, a de número 500, porque são todas numeradas. Não haverá outra igual à sua, o que demonstra exatamente o nosso agradecimento pela nossa parceria, pelo nosso caminhar junto. Ela é para aqueles que realmente têm a mesma missão que a nossa, o mesmo intuito de trabalhar com seriedade, responsabilidade e comprometimento".

Sergio, que também é vice-presidente da Revista Manchete, demonstrou a sua grande satisfação: "Fico muito honrado com a lembrança. Essa moeda ficará em um lugar especial no nosso escritório da Manchete. E o que também me deixa muito feliz é saber que vocês têm acompanhado o nosso trabalho. Ter vocês como apoiadores é realmente uma grande satisfação para mim, pessoalmente, para a revista Manchete e para todo esse público que nos acompanha através da revista, das redes sociais e agora do nosso programa de TV. Muito obrigado mesmo". Com certeza, a homenagem agora está muito bem guardada em nossa sede, no Rio de Janeiro. ✱

> **"Essa moeda ficará em um lugar especial no nosso escritório da Manchete."**
>
> **Sergio Maciel**, vice-presidente da Revista Manchete

Reportagem de **Carlos Martins**

ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA





JUSTIÇA COM MAIS REPRESENTATIVIDADE

EM UM PAÍS ONDE A POPULAÇÃO NEGRA AINDA ENFRENTA BARREIRAS PARA OCUPAR ESPAÇOS DE PODER, MAGISTRADOS SE REUNIRAM NO RIO DE JANEIRO PARA DISCUTIR OS AVANÇOS E OS DESAFIOS DA IGUALDADE RACIAL NO JUDICIÁRIO.

Ampliar a presença de pessoas negras na magistratura e construir um Poder Judiciário mais diverso e inclusivo. Com esse propósito, o Rio de Janeiro recebeu, entre 11 e 13 de novembro, o 9º Encontro Nacional de Juízas e Juízes Negros (Enajun). O evento reuniu magistrados, estudantes de Direito e representantes da sociedade civil organizada para refletir sobre as conquistas dos últimos anos e discutir estratégias de enfrentamento ao racismo no sistema de Justiça. A programação aconteceu no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1) e no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) – e nós estivemos presentes na cobertura do último dia, no CCJF.

Para a juíza federal Adriana dos Santos, a presença de magistrados negros em posições de destaque representa um compromisso com a transformação da sociedade. "Se somos tão poucos que chegamos nesse espaço, que é de muito privilégio, isso nos traz responsabilidades agravadas. Nós estamos num espaço de poder em que podemos fazer a diferença nos termos em que a nossa Constituição determina", opinou



À esquerda, o discurso da juíza Karen de Souza. À direita, Luis Felipe Salomão com magistradas e servidoras

A juíza Karen de Souza, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), chamou a atenção para um dos obstáculos à promoção da igualdade: "A gente sabe que, muitas vezes, políticas que são aparentemente neutras carregam consigo um impacto que é desproporcional com relação à população negra. Então, acho que uma das grandes questões é enfrentar a discriminação indireta e também fazer com que outras medidas sejam adotadas para que pessoas negras ocupem os espaços de poder".



Fotos: Eduardo Valadão

O encerramento do Enajun contou com a participação dos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luis Felipe Salomão, além do corregedor nacional de Justiça, ministro Benedito Gonçalves. Em sua apresentação, Fachin ressaltou a importância de valorizar a trajetória dos profissionais negros: "O reconhecimento tardio também é uma dívida. Gostaria de aqui falar de reconhecimento de trajetórias que abriram caminhos e inauguraram novas formas de existir, de julgar e também de servir. E eu faço uma ressalva. Reconhecer essas trajetórias não é idealizar o sofrimento. A dor não é credencial, nem virtude. O que merece reconhecimento não é a capacidade de suportar o racismo. Mais do que isso é a competência, o rigor técnico e a integridade que demonstram apesar dele", discursou.

> **"O que merece reconhecimento não é a capacidade de suportar o racismo. Mais do que isso é a competência, o rigor técnico e a integridade que demonstram apesar dele."**
>
> **Edson Fachin**, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)

ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA

O presidente do STJ, por sua vez, destacou a contribuição do encontro para a formulação de iniciativas voltadas à redução das desigualdades. "O Enajun já tem uma base muito sólida de combate ao racismo, de inclusão, de políticas públicas que efetivamente contribuem para que haja uma diminuição dessa grande injustiça, que é a injustiça, na verdade, do povo brasileiro. É uma oportunidade ímpar poder participar e contribuir com políticas públicas e sociais que efetivem essa igualdade", disse Salomão.

Os números apresentados pelo corregedor nacional de Justiça ajudam a dimensionar os desafios. "É necessário assegurar que negras e negros tenham condições de ingressar no Judiciário, permanecer e progredir nas suas carreiras. O relatório Justiça e Número deste ano, do CNJ, mostra que pessoas negras representam apenas menos de 15% dos nossos juízes e 28% dos nossos servidores. Esses números reforçam a necessidade de acompanhar toda a trajetória profissional. Cada profissional deve poder desenvolver suas capacidades e alcançar novos espaços sem que a cor da pele imponha limites ao seu futuro", finalizou Benedito Gonçalves.

Reportagem de **Juliana Kelling**

ANDES
Associação Nacional
de Desembargadores

Fotos: **Divulgação**





PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO É CONDECORADO EM BELÉM

Em setembro, representantes da ANDES estiveram em Belém, onde cumpriram uma agenda de encontros institucionais e foram recebidos por magistrados do Pará. Na ocasião, o presidente da entidade, desembargador Fábio Dutra, recebeu duas condecorações: a Ordem do Mérito Jus et Labor e a Ordem do Mérito Funcional, concedidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8). A indicação para as homenagens contou com a participação do desembargador Raimundo Itamar, que mantém uma relação próxima com a associação.

A comitiva também se reuniu com a vice-presidente no exercício da Presidência do TRT-8, desembargadora Rosita de Nazaré Sidrim Nasser, e com outros integrantes do Tribunal, entre eles o desembargador João Carlos de Oliveira Martins. Pela ANDES, participaram ainda o diretor-executivo, desembargador Fernando Fernandy, e os diretores desembargadores James Magno e Maurício Drummond. A agenda incluiu uma visita ao Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), onde o grupo foi recebido pelo presidente, desembargador Roberto Moura, pela desembargadora Anete Marques Penna de Carvalho e pelo vice-presidente, desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto, que se filiou à ANDES.

Os encontros reforçaram o compromisso da associação com o diálogo institucional e a integração dos magistrados de segundo grau em todo o país. Entre os assuntos discutidos, esteve a atuação institucional e política da ANDES, com destaque para a importância de ampliar a interlocução com as bancadas federais nos estados, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. A iniciativa busca fortalecer o diálogo com os parlamentares e levar às diferentes regiões do país as pautas defendidas pela associação.

ANDES PROMOVE A 2ª FEIRA LITERÁRIA DA MAGISTRATURA

Muito além das letras da lei, magistrados também se dedicam à produção literária, com obras de ficção, biografias, crônicas, poesias e contos. Para apresentar essa faceta artística dos profissionais da Justiça ao público, a ANDES promoveu, entre os dias 5 e 9 de outubro, a segunda edição da Feira Literária da Magistratura (Flimag), na Lâmina III do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). A abertura foi conduzida pelo presidente da associação, desembargador Fábio Dutra, e contou com a participação de outras personalidades do Judiciário.

A programação também incluiu a presença de estudantes de Direito de diversas universidades do estado do Rio e atrações musicais. No último dia da feira, os visitantes puderam acompanhar uma jam session no saguão do espaço. O desembargador do TJRJ Wagner Cinelli apresentou composições próprias, acompanhado por Tino Junior, no saxofone, e Paulinho Criança, na bateria. A Flimag foi realizada em parceria com o Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB), a Academia Brasileira de Letras da Magistratura e o Museu da Justiça.





ANDES DISCUTE CRIAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE DESEMBARGADORES

A ANDES convocou seus associados para uma reunião, no dia 13 de novembro, destinada a discutir a criação da Escola Nacional de Desembargadores (END), iniciativa que funcionará no prédio do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O encontro foi planejado para acontecer das 10 às 18 horas, contando com participação presencial e remota, permitindo a integração de associados de diferentes regiões do país. A proposta é criar um espaço permanente de diálogo, formação e construção de iniciativas voltadas ao fortalecimento da magistratura. A escola pretende contribuir para o aprimoramento da atuação dos desembargadores e, consequentemente, para a qualidade da prestação jurisdicional.

VISITA AO CÔNSUL-GERAL DA ITÁLIA NO RIO

A ANDES realizou, em 22 de outubro, uma visita institucional ao Consulado-Geral da Itália no Rio de Janeiro. O presidente da entidade, desembargador Fábio Dutra, acompanhado pelos desembargadores Fernando Fernandy e Vitor Marcelo Aranha, foi recebido pelo cônsul-geral Andreas Ferrarese. Durante o encontro, foram apresentadas as atividades da ANDES, com destaque para a defesa das prerrogativas da magistratura e as iniciativas culturais promovidas pela entidade, como a Feira Literária da Magistratura e o Festival Nacional da Canção da Magistratura, previsto para os dias 26 e 27 de novembro. A reunião também abriu espaço para a discussão de futuras parcerias institucionais e culturais entre a associação e o Consulado da Itália.

PARTICIPAÇÃO EM ENCONTRO SOBRE MODERNIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS

O presidente da ANDES, desembargador Fábio Dutra, participou, no final de outubro, do encontro Conectando Soluções, realizado no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Com o tema "A Centralização como Estratégia na Modernização nos Tribunais", o evento reuniu magistrados e representantes de corregedorias de todo o país para discutir iniciativas voltadas ao aprimoramento da gestão judiciária. Durante o encontro, Fábio destacou a importância das novas tecnologias para uma Justiça cada vez mais integrada e dinâmica. Entre os temas debatidos, estiveram a atuação das centrais de processamento, o cumprimento de sentenças e as possibilidades de aplicação da inteligência artificial na gestão dos tribunais. A troca de experiências entre as instituições contribui para o desenvolvimento de soluções capazes de ampliar a eficiência e aprimorar a prestação jurisdicional.

DESEMBARGADOR FÁBIO DUTRA RECEBE HOMENAGEM EM MACEIÓ

O presidente da ANDES, desembargador Fábio Dutra, recebeu, no dia 4 de novembro, a Medalha Desembargador Décio Antônio Erpen. A homenagem foi concedida durante o 98º Encontro Nacional de Corregedoras e Corregedores da Justiça do Brasil e o 10º Fórum Fundiário Nacional, realizados em Maceió. O convite para a homenagem foi feito pelo presidente do Colégio de Corregedoras e Corregedores da Justiça do Brasil e corregedor-geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), desembargador Cláudio Brandão de Oliveira, e pelo presidente do Fórum Fundiário Nacional e corregedor do Foro Extrajudicial do Tribunal de Justiça de Goiás, desembargador Anderson Máximo de Holanda, além de outros magistrados. A medalha é destinada a personalidades que tenham prestado contribuições relevantes ao Poder Judiciário.

Antes da cerimônia, o homenageado visitou o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL). Ele foi recebido pelo presidente da Corte, desembargador Fábio Bittencourt, pelo corregedor, desembargador Fábio Costa de Almeida Ferrario, e pelo presidente eleito do Tribunal, desembargador João Luiz Azevedo Lessa, que assumirá o cargo em janeiro de 2027 e aproveitou a ocasião para se filiar à associação. Na foto, o presidente da ANDES, com a medalha concedida, ao lado dos desembargadores Claudio Brandão de Oliveira (ao centro) e Vitor Marcelo Aranha, também da ANDES, que representou o presidente do Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB), desembargador Jean Albert de Souza Saadi.





Foto: Danilton Portela

Jéssica Castro entrevistou, em Brasília, o advogado Julio Matuch



Foto: Magnific

ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA

Empresas VOLTA POR CIMA

CONHECER OS MECANISMOS JURÍDICOS DISPONÍVEIS E AGIR NO MOMENTO CERTO PODE SER O CAMINHO PARA EVITAR A FALÊNCIA E DEVOLVER AOS EMPRESÁRIOS A CAPACIDADE DE CRESCER.

Em meio ao aumento dos pedidos de recuperação judicial e extrajudicial no país, o advogado Julio Matuch de Carvalho, especialista em Direito da Insolvência, explica o que está por trás dessa crise e orienta sobre o momento adequado para buscar ajuda especializada.

O que justifica a crise das empresas hoje?

A situação política conturbada provoca uma retração natural do crédito. Com isso, empresários adiam investimentos em seus negócios, enquanto outros ficam receosos de firmar contratos de longo prazo diante das incertezas sobre os rumos do país. Embora tenha havido uma pequena redução das taxas de juros, esse movimento ainda não chegou à ponta. O empresário continua enfrentando dificuldades para conseguir crédito, que é o motor de qualquer empresa. Temos, portanto, um cenário sistêmico muito negativo, desfavorável e inseguro, que alimenta uma crise generalizada.

Quais mecanismos jurídicos foram desenvolvidos para ajudar as empresas a enfrentar a crise?

Nos últimos cinco ou seis anos, especialmente a partir de 2020, com o início da pandemia, a crise se instalou em todo o mundo, e o Poder Legislativo e o Judiciário se prepararam para enfrentar esse cenário. Tivemos uma evolução legislativa importante, com o aperfeiçoamento da Lei n. 11.101/2005, que trata da recuperação judicial e da falência das empresas. No final de 2020, entrou em vigor a Lei n. 14.112, que trouxe mudanças para esses mecanismos, inclusive para a recuperação judicial. Ao mesmo tempo, tivemos a entrada da Fazenda Pública no âmbito da negociação coletiva de débitos tributários. Com isso, se consolidou a chamada transação tributária, que, ao lado da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial, representa um mecanismo muito importante para que o empresário possa superar a crise da empresa.

Na prática, qual é a diferença entre a recuperação judicial e a extrajudicial?

A recuperação judicial é uma negociação coletiva de credores. Para isso, o empresário organiza as dívidas da empresa, dividindo os débitos em quatro classes. Nesse processo, o juiz determina o chamado *stay*: durante 180 dias, inicialmente, as dívidas sujeitas ao processo ficam suspensas, prazo que pode ser prorrogado por mais 180 dias. E é justamente o *stay* que dá ao empresário a oportunidade de "respirar". Já na recuperação extrajudicial, a empresa pode escolher quais credores deseja reunir para negociar. Ou seja, enquanto na recuperação judicial você praticamente obriga os credores a sentar à mesa, na extrajudicial precisa contar com a adesão espontânea de um número de credores.

> **"A transação tributária é um mecanismo importante para o empresário superar a crise da empresa."**
>
> **Julio Matuch de Carvalho**, advogado

Quando o empresário deve procurar ajuda especializada?

O melhor momento é quando a empresa ainda funciona e consegue pagar suas dívidas, mas o caixa começa a faltar. É preciso reconhecer a crise e buscar um advogado especializado em Direito da Insolvência e contar com apoio de um bom contador. Assim, as empresas podem escapar da sombra da falência e voltar a ser funcionais e lucrativas. ✱

Reportagem de **Jéssica Castro**



Foto: Divulgação

A Corte
MAIS ANTIGA DO PAÍS

E LÁ SE VÃO DOIS SÉCU LOS DA CHEGADA DE DOM JOÃO VI AO BRASIL, QUE LOGO TRATOU DE CRIAR UM SISTEMA PARA JULGAR OS CRIMES MILITARES. CONHEÇA A HISTÓRIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR E OS BASTIDORES DE UMA JUSTIÇA ESPECIALIZADA AINDA POUCO CONHECIDA PELOS BRASILEIROS.

Quando a Família Real portuguesa desembarcou no Brasil, em 1808, o país ainda estava longe de ter sua própria estrutura de Justiça. Foi naquele contexto que o príncipe regente Dom João VI criou, em 1º de abril, o Conselho Supremo Militar e de Justiça, embrião do atual Superior Tribunal Militar (STM). Mais de dois séculos depois, a instituição permanece em atividade e carrega o título de Corte mais antiga do Brasil.

Ao longo dessa trajetória, muita coisa mudou. Com a República, passou a se chamar Supremo Tribunal Militar; em 1934, a Justiça Militar foi incorporada ao Poder Judiciário e, em 1946, a Corte ganhou o nome que conserva até hoje. Depois de funcionar por décadas no Rio de Janeiro, o STM foi transferido para Brasília, em 1973.



Foto: Danilton Portela

Sergio Maciel, Dinomar Miranda (assessor de comunicação do STM) e Juliana Kelling

No topo da Justiça Militar da União, o Tribunal atua como segunda e última instância no julgamento dos crimes militares definidos em lei. Um processo pode começar, por exemplo, a partir de uma invasão de quartel ou de um roubo de armamentos. Julgado na primeira instância em qualquer lugar do país, poderá chegar ao STM por meio de recurso. É ali que se encerra a discussão sobre o mérito, ressalvadas as questões constitucionais que podem ser levadas ao Supremo Tribunal Federal.

Apesar do nome e da presença de oficiais-generais em sua composição, há uma distinção fundamental. "Superior Tribunal Militar é Poder Judiciário. Não é Forças Armadas. Forças Armadas são do Ministério da Defesa, ligado à Presidência da República. São poderes diferentes. Um é Poder Judiciário e o outro é Poder Executivo", explica Dinomar Miranda, assessor de comunicação do STM.

A composição da Corte também traduz essa característica particular. São 15 ministros vitalícios: dez oficiais-generais da ativa, do último posto das Forças Armadas, e cinco civis – três provenientes da advocacia, um da Magistratura e um do Ministério Público. E desde março de 2025, pela primeira vez em mais de dois séculos de história, uma mulher preside o STM: a ministra Maria Elizabeth Rocha, que também havia sido, em 2007, a primeira mulher a integrar a Corte.

Uma das cadeiras destinadas aos civis é ocupada, desde 2016, pelo ministro Péricles Aurélio Lima. Ele é oriundo do Ministério Público, em que permaneceu por 35 anos. "É uma grande honra integrar um colegiado tão antigo e tradicional como é o Superior Tribunal Militar. É uma experiência gratificante, por ser um Tribunal que tem uma boa estrutura de trabalho", afirma Péricles.

A história da instituição também pode ser conhecida fora das sessões de julgamento. Aberto à visitação gratuita, o Museu da Justiça Militar da União – localizado no segundo andar do prédio do STM – guarda documentos, medalhas, mobiliário e objetos que ajudam a reconstituir seus mais de dois séculos de existência. O museu está de portas abertas de segunda a sexta, das 13 horas às 18h30.*

Reportagem de **Juliana Kelling**



Foto: Juliana Kelling



Foto: Juliana Kelling



Foto: Juliana Kelling

Na outra página, o prédio do STM em Brasília. Acima, o Museu da Justiça Militar e o plenário onde os processos são julgados. À esquerda, o ministro Péricles Aurélio Lima

> **"É uma grande honra integrar um colegiado tão antigo e tradicional como o STM."**
>
> **Péricles Aurélio Lima**, ministro do STM

ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA



1- Os troféus Sancho Pança e Dom Quixote
2 - O advogado Diego Monteiro e sua mãe, Ana Célia Monteiro
3 - Luis Felipe Salomão Filho recebe o troféu das mãos de Tiago Sales, diretor da revista Justiça & Cidadania
4 - O presidente do STJ chega à solenidade
5 - Marco Aurélio Bellizze recebe o troféu Sancho Pança



ESTIVEMOS PRESENTES NA 32ª EDIÇÃO DO TROFÉU DOM QUIXOTE E SANCHO PANÇA, NO DIA 7 DE OUTUBRO, NO PLENÁRIO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM BRASÍLIA. CONFIRA!





ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA



Fotos: Divulgação

OS CAVALEIROS DA Justiça

A premiação, organizada pela revista *Justiça & Cidadania*, reconhece personalidades do mundo jurídico que se destacam na defesa da ética, da justiça e da cidadania. Neste ano, a homenagem especial foi ao jurista Bernardo Cabral, relator-geral da Constituição Federal de 1988. Ele passa a dar nome a uma nova medalha, que será entregue nas próximas edições para premiar condutas de destaque. Vale explicar que o troféu Dom Quixote é a primeira homenagem concedida. Já o troféu Sancho Pança se destina a quem já recebeu a honraria e se manteve como referência na proteção dos Três Poderes.

Há 27 anos, a premiação faz parte do calendário jurídico nacional. "É uma solenidade que já é marcada pelo Poder Judiciário como expressiva. Simbolicamente, é um momento que nos reunimos para saudar essa ideia do Quixote, de perseguir os seus ideais, ao mesmo tempo que o Sancho Pança está ali transmitindo a realidade, mas construindo um cenário que nós também perseguimos, que é o ideal de justiça plena", sintetizou Luis Felipe Salomão, presidente do STJ. Aqui, veja alguns momentos dessa bela premiação. ✱

Reportagem de **Jéssica Castro**



Os ganhadores da 32ª edição do prêmio







Fotos: Divulgação

A ministra autografou na Livraria Circulares e contou com a presença de Luiz Fux

Democracia PARA CRIANÇAS

EM UMA OBRA VOLTADA AO PÚBLICO INFANTO-JUVENIL, A MINISTRA CÁRMEN LÚCIA APRESENTA, DE FORMA LÚDICA E ACESSÍVEL, CONCEITOS SOBRE CIDADANIA E DIREITOS.

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), a jornalista Mariana Oliveira e o coletivo de ilustradores Sabichinho lançaram em setembro, na Bienal do Livro de São Paulo, *O Livro da Democracia*, voltado para o público infanto-juvenil. Em Brasília, a noite de autógrafos aconteceu em 29 de outubro, na Livraria Circulares, contando com a presença do ministro do STF Luiz Fux.

Na obra criada pela ministra, o leitor percorre diferentes momentos da história para entender como a ideia de democracia foi construída e transformada ao longo do tempo, passando pela origem do conceito na Grécia Antiga, pela ditadura militar brasileira e pela Constituição de 1988. Além disso, também explica o funcionamento dos Três Poderes e a importância do voto.

> **"Eu preciso estudar todos os dias para saber que direitos cada um de nós tem."**
>
> **Cármen Lúcia**, ministra do STF

Durante o evento na livraria, Cármen Lúcia respondeu às perguntas das crianças sobre diversos temas, entre eles, qual é o papel de um juiz. "Meu trabalho é escutar as pessoas que estiverem com algum problema e que então procuram a juíza para dizer se elas têm direito ou não têm direito. Para isso, eu preciso estudar todos os dias para saber que direitos cada um de nós tem. Porque não é o que a gente inventa, é o que as leis e a Constituição estabelecem", falou a ministra sobre o seu trabalho.

Publicado pela editora Mostarda, o livro traz ilustrações, propostas de brincadeiras e muitas perguntas para levar as crianças a refletirem sobre seu papel na sociedade. A obra pode ser encontrada nas melhores livrarias do país e nos grandes marketplaces, como a Amazon. ✱



PRÊMIO MANCHETE JUSTIÇA & PODER 2026

Troféu Ministro Paulo de Tarso Sanseverino

UMA HOMENAGEM À MEMÓRIA DE UM GRANDE MAGISTRADO E UM RECONHECIMENTO ÀQUELES QUE ENGRANDECEM A JUSTIÇA BRASILEIRA.

O Prêmio Manchete Justiça & Poder 2026 – Troféu Ministro Paulo de Tarso Sanseverino nasce com o propósito de reconhecer e homenagear personalidades que, por suas trajetórias, dedicação e relevantes contribuições, se destacam no sistema de Justiça brasileiro. A premiação leva o nome do saudoso ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, magistrado gaúcho que construiu uma trajetória exemplar na Justiça brasileira, chegando ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde deixou um legado de integridade, humanidade e dedicação à magistratura. Seu falecimento precoce, em abril de 2023, aos 63 anos, representou uma grande perda para o Judiciário brasileiro. Ao eternizar seu nome no troféu, prestamos uma justa homenagem à sua memória e reafirmamos o compromisso de valorizar aqueles que dedicam suas vidas ao fortalecimento das instituições e à construção de uma Justiça cada vez mais eficiente, humana e acessível à sociedade.

O Prêmio Manchete Justiça & Poder contempla nove categorias, homenageando representantes de diferentes segmentos do sistema de Justiça nacional: advocacia (OAB e IAB), Tribunais de Justiça (TJs), Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), Tribunais Regionais Federais (TRFs), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Supremo Tribunal Federal (STF) e Ministério Público. O Troféu Ministro Paulo de Tarso Sanseverino representa o reconhecimento público a trajetórias que contribuem para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, a valorização das instituições e o aprimoramento da Justiça brasileira. Ao celebrar os homenageados – em cerimônia no dia 30 de novembro no Roxy Dinner Show, no Rio de Janeiro –, a Revista Manchete Justiça & Poder mantém viva a memória daqueles que, como o ministro Paulo de Tarso Sanseverino, fizeram da Justiça uma verdadeira missão de vida.



Ana Tereza Basilio

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio de Janeiro

Pela primeira vez em 94 anos de história, a Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OABRJ) tem uma mulher na presidência. Eleita para o triênio 2025-2027, Ana Tereza Basilio chegou ao comando da entidade após mais de três décadas dedicadas à advocacia, com atuação destacada nas áreas cível e comercial, arbitragem e mediação. Formada em Direito pela Universidade Cândido Mendes, em 1989, se especializou em Direito Norte-Americano pela Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos.

Sua trajetória profissional inclui passagens por grandes escritórios nacionais e internacionais, até fundar, em 2009, o Basilio Advogados. Na OABRJ, exerceu duas gestões como vice-presidente, além de comandar comissões voltadas à mediação, arbitragem e celeridade processual. Também foi juíza do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro entre 2010 e 2015.

Presença frequente em fóruns jurídicos no Brasil e no exterior, acumula reconhecimentos por sua atuação profissional, entre eles a Medalha Tiradentes e a Medalha Pedro Ernesto. Em 2026, foi novamente destacada entre os advogados mais admirados do país pelo *Análise Advocacia*. Sua eleição representa um marco na ampliação da presença feminina nos espaços de liderança jurídica.



Foto: Marcello Dias

POR DENTRO DA OABRJ

Fundada em 1930, a seccional fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil representa a advocacia no estado do Rio de Janeiro. Com 64 subseções, atua na defesa das prerrogativas profissionais, na fiscalização ética do exercício da advocacia e na promoção da cidadania, dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito.

Rita Cortez

Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros

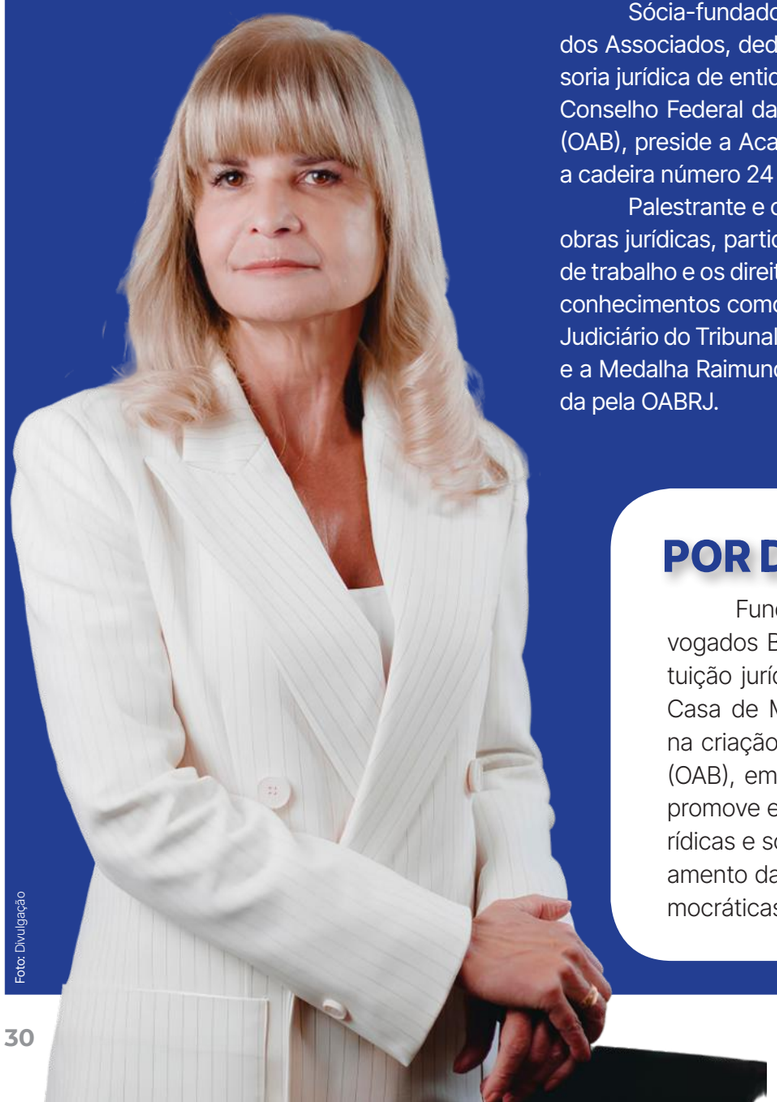

Foto: Divulgação

Pela terceira vez à frente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), dedica sua carreira à defesa dos direitos trabalhistas e à atuação em importantes instituições jurídicas. Segunda mulher a presidir a entidade, comandou o IAB entre 2018 e 2022 e retornou ao cargo para o triênio 2025-2028. Formada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), com pós-graduação em Direito Público pela Fundação Getulio Vargas (FGV), se especializou em Direito Sindical e Direito Coletivo do Trabalho.

Sócia-fundadora do escritório Cortez e Advogados Associados, dedica parte de sua carreira à assessoria jurídica de entidades sindicais. Também integra o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), preside a Academia Carioca de Direito e ocupa a cadeira número 24 da Academia Brasileira de Direito.

Palestrante e coautora de artigos publicados em obras jurídicas, participa de debates sobre as relações de trabalho e os direitos sociais. Sua trajetória reúne reconhecimentos como a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e a Medalha Raimundo Faoro, maior honraria concedida pela OABRJ.

POR DENTRO DO IAB

Fundado em 1843, o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) é a mais antiga instituição jurídica das Américas. Conhecido como Casa de Montezuma, teve papel fundamental na criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1930. Com sede no Rio de Janeiro, promove estudos e debates sobre questões jurídicas e sociais, contribuindo para o aperfeiçoamento das leis e a defesa das instituições democráticas e do Estado Democrático de Direito.

Heraldo de Oliveira Silva

Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo



Foto: Divulgação

Com mais de quatro décadas dedicadas à magistratura, construiu uma carreira marcada pela atuação no Judiciário paulista, pela produção acadêmica e pelo intercâmbio jurídico internacional. Nascido em São Paulo, se formou em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), em 1977, e ingressou na magistratura em 1983. Após atuar em diferentes comarcas, chegou ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) como desembargador, em 2006.

Ao longo de sua trajetória, assumiu funções de liderança em importantes instituições. Presidiu a Seção de Direito Privado do TJSP no biênio 2024/2025 e está à frente da Academia Paulista de Magistrados. Também integrou diretorias da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), além de representar o Direito Civil na União Internacional de Magistrados.

Sua contribuição ultrapassa os tribunais. Autor de trabalhos sobre responsabilidade civil, contratos e outros temas jurídicos, participou da organização de encontros acadêmicos na Europa, abordando questões contemporâneas, como inteligência artificial, sustentabilidade e direito empresarial. Em 2025, recebeu da Assembleia Legislativa de São Paulo o Colar de Honra ao Mérito Legislativo, a mais alta distinção da Casa, em reconhecimento à sua trajetória e contribuição à Justiça.

POR DENTRO DO TST

Fundado em 1874, é considerado o maior tribunal do mundo em volume de processos. Com atuação em 320 comarcas, reúne cerca de 2,7 mil magistrados e mais de 41 mil servidores. Responsável pelo julgamento de ações nas mais diversas áreas do Direito, encerrou 2025 com mais de 9,5 milhões de processos julgados ao longo do ano.

Helcio Dantas Lobo Junior

Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Antes de chegar à magistratura, desenvolveu uma sólida carreira na advocacia empresarial, com passagens pelos setores bancário e de comunicação. Formado em Direito em 1983, com especializações em Processo Civil e Direito do Trabalho, iniciou sua trajetória no Banco Bamerindus, onde chegou à chefia do Departamento Jurídico. Posteriormente, atuou nas redes Bandeirantes e Record, acumulando experiência na gestão de conflitos e em diferentes áreas do Direito.

Em 2011, após 35 anos de atuação profissional, ingressou no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) como desembargador, pelo quinto constitucional, em vaga destinada à advocacia. No biênio 2024-2026, exerce a Vice-Presidência Administrativa do Tribunal, participando de decisões estratégicas relacionadas à gestão institucional. Também integra o Órgão Especial e as comissões responsáveis pelo funcionamento da Corte.

Sua trajetória inclui a participação em debates e atividades acadêmicas sobre temas jurídicos e o reconhecimento de instituições públicas. Entre as distinções recebidas, se destacam a Medalha Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados, em 2019, e os títulos de Cidadão Hortolandense, Sumareense e Pinhalzinhense.



Foto: Divulgação

POR DENTRO DO TRT15

Instalado em 1986, com sede em Campinas, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região é o segundo maior tribunal trabalhista do país em movimentação processual. Sua jurisdição abrange 599 municípios paulistas, equivalentes a 95% do território estadual, atendendo a mais de 22 milhões de pessoas. A instituição atua na conciliação e no julgamento de conflitos trabalhistas.

Daniele Maranhão

Desembargadora federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Magistrada federal de carreira, trilhou um caminho profissional que lhe permite conhecer o Judiciário por muitos ângulos. Exerceu a magistratura em realidades diversas, como as de Minas Gerais, do Tocantins e do Distrito Federal, com atuação nos Juizados Especiais Federais, na conciliação e no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

À jurisdição, somou uma sólida experiência de gestão. Dirigiu os foros do Tocantins e do Distrito Federal, atuou na Corregedoria Regional e, como vice-diretora da Escola de Magistratura Federal, dedicou-se à formação de novos juízes.

Hoje, como desembargadora federal, preside a 10ª Turma, especializada em matéria penal, e é editora-chefe da *Revista do Tribunal*. Seu compromisso com a equidade de gênero, que a levou a ser indicada para presidir a Comissão de Estudos sobre a Participação Feminina na Justiça Federal da 1ª Região, também se expressa na atuação como ouvidora da Mulher. É ainda juíza de enlace para a Convenção da Haia de 1980, posto essencial na cooperação internacional, voltada à proteção de crianças levadas ilicitamente para fora de seu país de residência.

Mestre em Direito pela UnB e doutoranda pela Universidade IDP, é autora do livro *Juízes Cosmopolitas: Por uma concepção mundial de direitos humanos* e de artigos publicados em periódicos especializados.

POR DENTRO DO TRF1

Instalado em 1989, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região tem sede em Brasília e é o maior tribunal regional federal do país em extensão territorial. Sua jurisdição abrange 12 estados e o Distrito Federal, correspondentes a cerca de 73% do território brasileiro. Atua no julgamento de recursos e de processos de competência da Justiça Federal, envolvendo questões previdenciárias, tributárias, administrativas e criminais.



Foto: Divulgação

Marfan Martins Vieira

Procurador-geral de Justiça aposentado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Com mais de quatro décadas dedicadas ao Ministério Público, percorreu uma trajetória de liderança e defesa das prerrogativas da instituição. Nascido em Caxambu, Minas Gerais, se formou em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1974. Após atuar na advocacia e na Defensoria Pública, ingressou no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) em 1983, chegando ao cargo de procurador de Justiça dez anos depois.

Ao longo da carreira, se tornou o procurador-geral de Justiça com o maior número de mandatos na história do MPRJ: quatro, entre 2005 e 2017, totalizando oito anos à frente da instituição. Durante sua gestão, foi inaugurada a Ouvidoria-Geral, ampliando os canais de comunicação com a sociedade. Também presidiu a Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj), a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG).

Professor de Direito Penal e integrante do corpo docente da Fundação Getulio Vargas, recebeu diversas condecorações, entre elas a Medalha Tiradentes e a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito do Ministério Público. Aposentado desde 2024, após mais de 41 anos de carreira, permanece ligado ao MPRJ como secretário-geral de Relações Institucionais e Defesa de Prerrogativas.

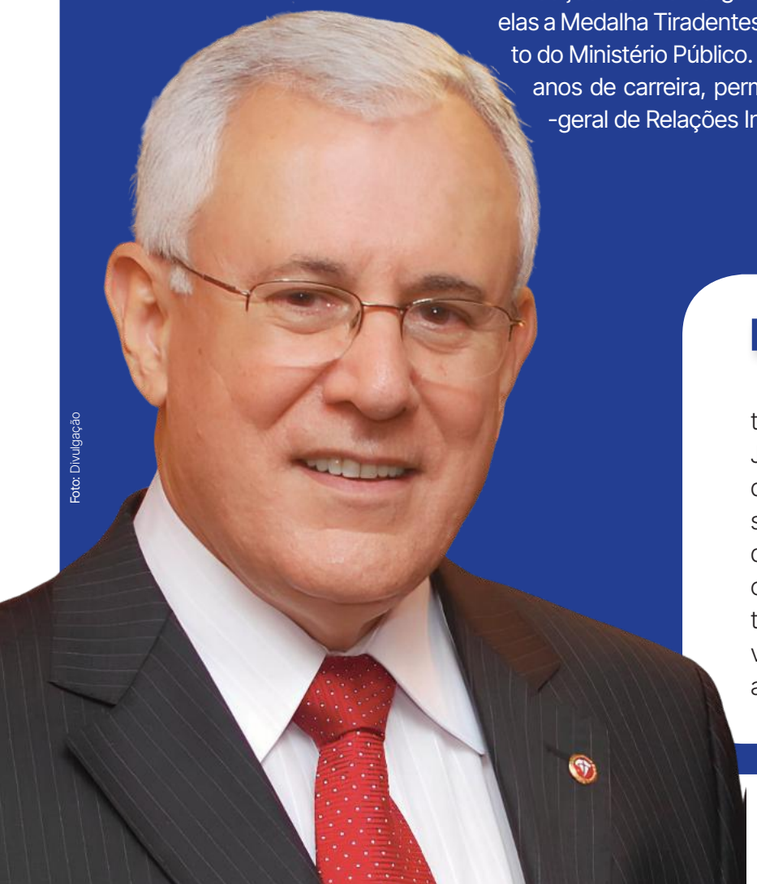

Foto: Divulgação

POR DENTRO DO MPRJ

Instituição autônoma e independente, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro atua na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses da sociedade. Com promotores e procuradores de Justiça, fiscaliza o cumprimento das leis, combate a criminalidade e a corrupção e protege direitos coletivos e individuais indisponíveis, em áreas como saúde, educação, meio ambiente e defesa do consumidor.

Douglas Alencar Rodrigues

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

De técnico judiciário a ministro de uma das mais importantes cortes do país, dedicou mais de quatro décadas à Justiça do Trabalho. Nascido em Goiânia, iniciou a carreira em 1983 e ingressou na magistratura em 1990, após se formar em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atuou como juiz em São Paulo, Mato Grosso, Tocantins, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal, se tornando desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em 2003. Onze anos depois, assumiu uma cadeira no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Sua atuação também alcançou importantes instâncias de representação e gestão do Judiciário. Foi conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre 2005 e 2007, e ocupou cargos de liderança em associações de magistrados. Presidiu ainda a comissão de juristas responsável pela elaboração de um anteprojeto de lei para a revisão da legislação portuária brasileira.

A carreira acadêmica é outra marca de sua trajetória. Mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é professor universitário e desenvolve pesquisas sobre temas contemporâneos. Integra academias jurídicas nas áreas trabalhista, desportiva e portuária, conciliando a atividade nos tribunais com a formação de novos profissionais do Direito.



Foto: Divulgação

POR DENTRO DO TST

Com sede em Brasília, o Tribunal Superior do Trabalho é a instância máxima da Justiça do Trabalho brasileira. Composto por 27 ministros, tem como uma de suas principais funções uniformizar a interpretação da legislação trabalhista no país. Atua no julgamento de recursos e conflitos coletivos de âmbito nacional, contribuindo para a segurança jurídica nas relações entre trabalhadores e empregadores.

Messod Azulay Neto

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Da advocacia à presidência de um dos principais tribunais federais do país, ele construiu uma trajetória marcada pela atuação no Judiciário e pela produção acadêmica. Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), iniciou a carreira como advogado e integrou o departamento jurídico da antiga Telerj. Em 2005, ingressou no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), onde atuou durante 17 anos, chegando à presidência da Corte, em 2021.

Ao longo desse período, exerceu funções de liderança na Justiça Federal, como a coordenação dos Juizados Especiais Federais e a direção do Centro Cultural da Justiça Federal, no Rio de Janeiro. Em dezembro de 2022, tomou posse como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), passando a integrar a Quinta Turma e a Terceira Seção, responsáveis por julgamentos na área criminal. É também membro titular do Conselho da Justiça Federal.

Sua contribuição ultrapassa os tribunais. Ex-professor universitário e autor de sete livros jurídicos, integra instituições dedicadas ao estudo do Direito e coordena a Comissão de Direito Penal do Centro de Inovação da Fundação Getulio Vargas. Entre as diversas homenagens recebidas, se destacam a Medalha do Pacificador, concedida pelo Exército Brasileiro, e a Medalha Evandro Lins e Silva, da OABRJ, em 2026.

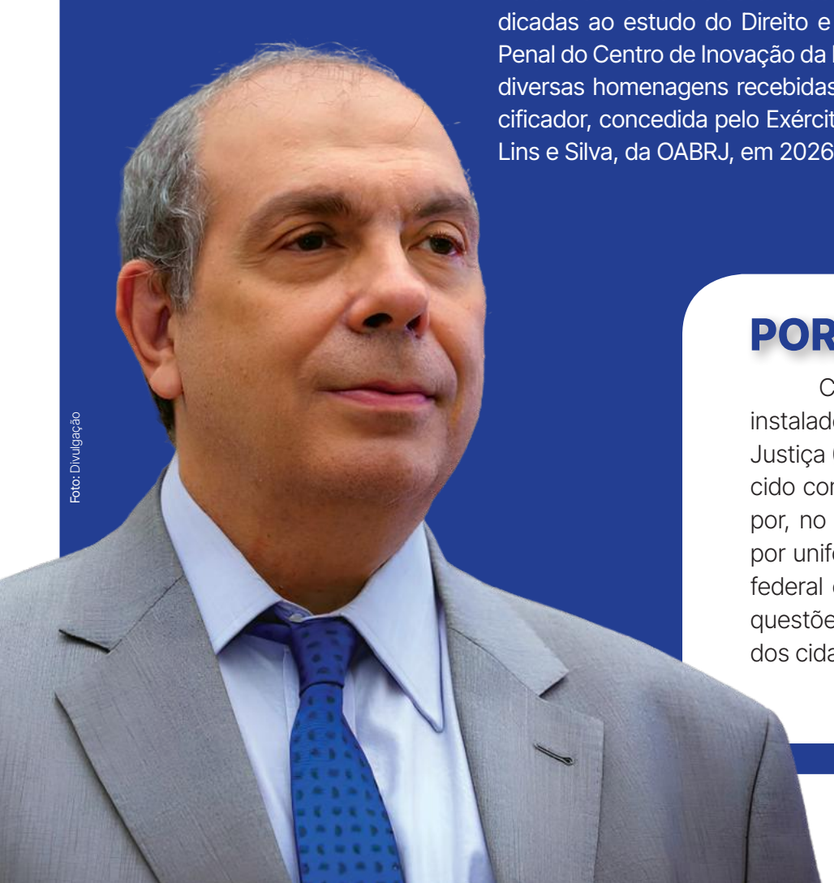

Foto: Divulgação

POR DENTRO DO STJ

Criado pela Constituição de 1988 e instalado em 1989, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem sede em Brasília e é conhecido como Tribunal da Cidadania. Composto por, no mínimo, 33 ministros, é responsável por uniformizar a interpretação da legislação federal em todo o país, julgando recursos e questões que envolvem direitos e deveres dos cidadãos.

DESTAQUE DA JUSTIÇA & PODER
OS PREMIADOS **2026**

Marco Aurélio Mello

Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal

Durante 31 anos, ocupou uma das cadeiras do Supremo Tribunal Federal (STF), participando de decisões que marcaram a história do Judiciário brasileiro. Conhecido pela firmeza de suas convicções e pela independência de seus votos, construiu uma trajetória de defesa da Constituição e dos direitos fundamentais. Nascido no Rio de Janeiro, se formou em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1973, e iniciou sua carreira na Justiça do Trabalho, chegando ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) antes de assumir o cargo de ministro do STF, em 1990.

À frente da Suprema Corte entre 2001 e 2003, exerceu interinamente a Presidência da República e sancionou a lei que criou a TV Justiça. Também presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), conduzindo, em 1996, a primeira eleição com urnas eletrônicas no país, marco na modernização do sistema eleitoral brasileiro.

Sua atuação no STF incluiu julgamentos históricos, como os que trataram da interrupção da gravidez em casos de anencefalia e da constitucionalidade da Lei Maria da Penha. Ao se aposentar, em 2021, deixou um legado de mais de três décadas de participação em debates fundamentais para a sociedade brasileira. ✱

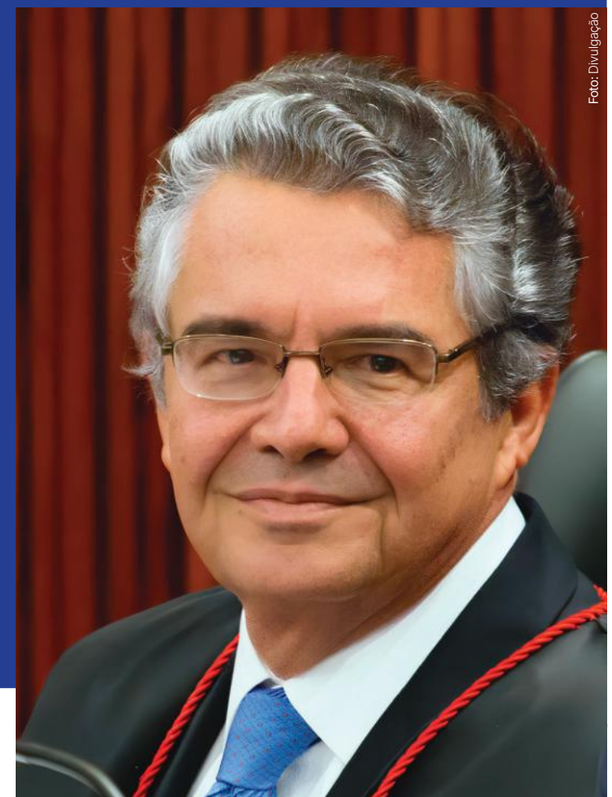

Foto: Divulgação

POR DENTRO DO STF

Instalado em 1891, o Supremo Tribunal Federal é a mais alta instância do Poder Judiciário brasileiro e tem como principal missão garantir o cumprimento da Constituição. Com sede em Brasília, é composto por 11 ministros, indicados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. Entre suas atribuições, está o julgamento de questões constitucionais de grande repercussão nacional.

Fotos: **Eduardo Valadão**


1


2


3


4


5


6

1 – Guilherme Pedrosa, Theophilo Antonio, Sergio Maciel, Fábio Vilella e Julio Matuch; 2 – Sergio recebe a condecoração das mãos de Theophilo Miguel; 3 – Sergio Maciel e Marcos Salles; 4 – Rejane e Sergio Maciel; 5 – Rejane Maciel, Jacyra Lucas, Sergio Maciel, Dalva Oliveira e Gilda Elena; 6 – Sergio e Nestor Rocha; 7 – Sergio com sua homenagem

RECONHECIMENTO À MANCHETE **JUSTIÇA & PODER**

Em menos de um ano de existência, a Revista Manchete Justiça & Poder já tem o seu valor reconhecido dentro do Judiciário. Prova disso foi o recebimento de duas homenagens de grande relevância. No dia 11 de novembro, o vice-presidente da Revista Manchete, Sergio Maciel, recebeu a Medalha de Mérito Cultural, concedida pelo Centro Cultural Justiça Federal (CCJF). "A atuação de Sergio nesta publicação não se limita ao exercício do jornalismo institucional. Ele aproxima a sociedade, traduzindo com orgulho o papel da magistratura e dos tribunais na vida cotidiana do cidadão", falou o desembargador federal Theophilo Antonio Miguel Filho, diretor-geral do CCJF, ao entregar a condecoração ao publisher da Manchete Justiça & Poder.

E, no dia 17 de novembro, no Sesc Ginástico, foi a vez do presidente da Revista Manchete, Marcos Salles, ser agraciado com a Ordem do Mérito Judiciário 2026, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ). "É uma medalha que outorgamos às pessoas que apoiam o nosso trabalho ao longo do ano. E a Revista Manchete, especialmente a Manchete Justiça & Poder, tem nos dado muito suporte", comentou Dalva Oliveira, desembargadora do TRT-1.


7

ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA



1


2



3

ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA



4

A emoção foi grande em ambas as solenidades. "Quem está sendo valorizado aqui não é só o profissional Sergio Maciel, mas sim o trabalho de uma equipe que vibra com o que faz. E estar sendo reconhecido em menos de dois anos do retorno da Revista Manchete é muito importante", declarou o vice-presidente. Marcos Salles completou: "Eu me sinto muito honrado e agradecido. A Manchete Justiça e Poder tem uma conexão muito grande com esse público. Então, eu e Sergio ficamos muito felizes de ter o reconhecimento do trabalho que estamos realizando".


5


6


7

1 – Magistrados do TRT-RJ durante a cerimônia; 2 – Leonardo Pacheco, Marcos Salles e Sergio Maciel; 3 – A medalha da Ordem do Mérito Judiciário 2026; 4 – Marcos Salles e a Dalva Oliveira; 5 – Sérgio Ribeiro, Marcos Salles e Antonio Florencio de Queiroz; 6 – Marcos e Natalia Salles; 7 – Marcos Salles sendo condecorado por Dalva Oliveira

Fotos: **Marcello Dias**


1


2


3


4


5


6

FESTA LINDA **PARA LANÇAR** A TERCEIRA EDIÇÃO

No dia 2 de outubro, o Clube dos Marimbás, no Rio de Janeiro, teve comemoração em dose dupla: o lançamento da décima edição da Revista Manchete e da terceira edição da Revista Manchete Justiça & Poder – ainda com o nome anterior, Judiciário. A publicação reúne entrevistas e histórias que mostram o lado humano de quem faz a Justiça no Brasil. E, sobre isso, o vice-presidente Sergio Maciel, publisher da revista, comentou: "O presidente da Manchete, Marcos Salles, tem como objetivo mostrar o que o Rio de Janeiro tem de bom. E eu recebi a missão de mostrar o que o Judiciário tem de bom".

E é isso o que a nova edição mostrou, trazendo na capa o ministro Benedito Gonçalves. Embora ele não tenha podido participar da festa, por conflitos de agenda, fez questão de gravar um vídeo, que foi exibido no telão. A respeito da presença dele na capa, o advogado Juliano Marques resumiu bem: "A escolha foi muito feliz. O ministro Benedito Gonçalves tem uma história com o Judiciário que é ímpar, exemplar a todos que estão no sistema de Justiça. Ele é uma bússola e um norte para quem acompanha a vida dele, não só como magistrado, mas como ser humano". O evento contou com a presença de autoridades, magistrados e advogados. Confira nas fotos.

1 – Rejane Maciel, Sergio Maciel, Claudiney Santos e Adriana Santos; 2 – Helena Gaede, Sergio e Rejane Maciel, Claudia Vieira e Roberto Soares; 3 – Paulo Luzio, Silvia Criscuolo, Viviane Alonso, Rejane e Sergio Maciel e Ana Cristina Barreira; 4 – Juliano Marques; 5 – Gustavo Martins; 6 – Marjorie Mendes, Aluísio Mendes e Mauricio Drummond; 7 – Marcos Salles; 8 – Dalva Oliveira e Gilda Elena; 9 – Emília Garcez; 10 – Rejane e Sergio Maciel, Ana Luiza Monteiro e Gabriel Fontanezi


7


8


9

ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA


10



COMEMORAÇÃO PELOS **217 ANOS** DA PMERJ

Por iniciativa da desembargadora Cláudia Samy, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1) recebeu, no dia 17 de setembro de 2026, uma exposição comemorativa pelos 217 anos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Realizada em parceria com o Centro de Pesquisa e Acervo Histórico da PMERJ, a mostra destacou a trajetória e a importância histórica da corporação. Na foto, a desembargadora Cláudia Samy ao lado do tenente-coronel Pazini e do coronel Veiga.



NOVO DELEGADO DA **RECEITA FEDERAL**

No dia 2 de outubro, o auditor-fiscal Júlio César Carvalho de Araújo tomou posse como delegado da Alfândega da Receita Federal no Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro. A cerimônia reuniu autoridades e convidados. Na foto, o novo delegado ao lado de Sergio Maciel, vice-presidente da Revista Manchete, que prestigiou a solenidade representando a publicação.



HOMENAGEM ALVINEGRA

O desembargador Ricardo Couto, governador interino do estado do Rio de Janeiro, recebeu uma camisa do Botafogo das mãos do presidente do clube, João Paulo Magalhães, durante cerimônia em sua homenagem, realizada no dia 14 de outubro, no Hotel Fairmont, no Rio de Janeiro. A entrega foi acompanhada por Nilo Sérgio Félix, presidente do Clube do Feijão Amigo, entidade responsável pela iniciativa da homenagem.



PROMOÇÕES NO **TRF2**

Os desembargadores federais Geraldine Vital e Wilney Magno foram homenageados em sessão solene de posse, realizada no dia 29 de outubro, na sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), no Centro do Rio de Janeiro. A cerimônia reuniu diversas autoridades e convidados. Geraldine foi promovida pelo critério de merecimento, enquanto Wilney ascendeu ao cargo pelo critério de antiguidade.

NOSSA CAPA RECEBE QUADRO COM A REVISTA

Durante encontro no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, Sergio Maciel, vice-presidente da Revista Manchete e publisher da Manchete Justiça & Poder, entregou ao ministro Benedito Gonçalves um quadro com a capa da terceira edição da publicação, da qual o magistrado foi o personagem principal.





PELA **ADVOCACIA** EM NOSSAS PÁGINAS

O vice-presidente da Revista Manchete e publisher da Manchete Justiça & Poder, Sergio Maciel, ao lado do presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, durante encontro realizado em Brasília, no dia 23 de outubro. Na ocasião, conversaram sobre diversos temas, com destaque para a ampliação da participação da advocacia nas publicações da revista.

SOUZA LIMA

SEGURANÇA

FACILITIES

TECNOLOGIA

Cuidando do que importa

souzalima.com

ADAPT
ENGENHARIA E SERVIÇOS

ADAPT ENGENHARIA
Excelência, Planejamento e Resultado

Com mais de 13 anos de atuação e milhares de metros quadrados construídos, aprendemos uma coisa:

Grandes obras exigem planejamento, comprometimento e execução precisa.



Foto: **Renato Alves** | CEO ADAPT Engenharia

Na **ADAPT Engenharia**, unimos a agilidade do setor privado à conformidade rigorosa do setor público, garantindo segurança, qualidade e eficiência em cada projeto.

Ao longo dessa trajetória, nos tornamos parceiros de grandes empresas na realização de projetos desafiadores, sempre com foco em prazos, excelência construtiva e transparência.

Cada metro quadrado construído carrega a nossa história — baseada na ética, no compromisso assumido e na satisfação dos nossos clientes.

“Excelência não é diferencial. É compromisso em cada projeto.”

VAMOS CONVERSAR?

Aponte a câmera e conheça nossos serviços.

Alameda São Boaventura, 57 - Fonseca, Niterói - RJ.
(21) 99719-6498 | (21) 3492-4092
adaptserv ww.adaptserv.com.br